

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E SUPERIOR E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS NO BRASIL, EM PORTUGAL E NA ESPANHA – FINAIS DO SÉCULO XVIII AO INÍCIO DO XX

ANANIAS, Mauricéia (Brasil, Paraíba, João Pessoa)^{1*}

¹Universidade Federal da Paraíba
<https://orcid.org/0000-0002-8594-8436>*

O desafio proposto para elaborar a seção especial, o dossiê, da *Revista Educação & Formação* remeteu-nos a escrever sete artigos sobre a história da educação versando sobre as especificidades do que, ao longo dos anos finais do século XVIII, do XIX e primeira metade do XX, se constituiu na construção social da educação primária (hoje denominada ensino fundamental), superior e formação de professores no Brasil, Portugal e Espanha.

A ideia foi trabalhar a história da educação analisando a época – o tempo histórico e os seus conflitos – e os objetos/problemas pertinentes a uma rede de pesquisas do campo histórico-educacional, bem como os lugares sociais dos sujeitos que fazem as narrativas que constroem o conhecimento que temos hoje sobre a história da educação escolar primária, secundária (Escola Normal), superior e nossa profissão docente.

Abrangemos contribuições de uma professora que reside em Aracaju, Sergipe, e escreveu sobre o estado de São Paulo; outra professora que, morando em Minas Gerais, fez seu texto sobre a Escola Normal de São Paulo; um professor que transita a moradia entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte e se dispôs a pesquisar sobre a instrução de aprendizes marinheiros na Paraíba; um professor e uma professora que escreveram sobre o Paraná; e outro que tratou sobre o Piauí. As fronteiras foram estendidas para além do Oceano Atlântico, com textos de Portugal e Espanha. As demais, que vivem, pesquisam e escrevem sobre e/na Paraíba, contaram-nos do cotidiano instrucional do Oitocentos brasileiro.

Diante dessa diversidade, os temas também foram múltiplos, e isso aparece nas distintas interpretações que cada autor/a pôde analisar a partir do seu estado/província e país, considerando os contributos que pretendem não construir uma síntese da história, mas mostrar o próprio desenvolvimento da multiplicidade de tratamentos de fontes e busca de novos objetos, resultando em inúmeras formas de se contar a história da

educação no Brasil e no mundo. A construção social da educação primária e superior e da formação de professores/as permeou o fio condutor que deu identidade às narrativas que apresentamos.

Os programas das matérias, as matérias específicas, as matérias mais gerais que pressupunham as intenções de formações para além do saber ler, escrever e contar; as constituições das disciplinas; os métodos; a legislação; os registros e relatos de professores/as-mestres/as de como eles/elas ensinavam, os relatórios de presidentes/governadores e diretores das províncias/estados prescrevendo (e/ou comentando) as intenções de como deveriam ser a instrução/educação, as ações políticas e parlamentares do Brasil e de parte da Europa; a trajetória da forma escolar; das Escolas Normais; do ensino superior; das práticas educativas; do cotidiano escolar; da obrigatoriedade de ensino; as formas de controle dos corpos e da profissionalização docente; tudo isso foi considerado indício das intencionalidades e dos objetivos que marcaram a racionalização para a construção social da forma escolar, tanto primária como superior, dos períodos e espaços estudados.

As pesquisas realizadas pelos autores vão desde o ano de 1772, perpassam pelo século XX e se estendem até a sua primeira metade. A fragmentação da temporalidade que aparece nos escritos destoam da comumente encontrada nos estudos de educação como linear e contínua; a heterogeneidade dos objetos, temas e interpretações são formas e jeitos de escrever a história que nos impulsiona a afirmar que esta seção pode contribuir para a apreensão do que foi a produção social dos modos de aprender e ensinar e de como eles se tornaram hoje o que são!

Para o debate acerca da história do ensino superior, o professor Justino Magalhães, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Portugal, em “A Reforma da Universidade de Coimbra e a Nova Ordem dos estudos na transição do Antigo Regime”, mostrou-nos que: “Dando curso à revolução científica e ajustando-se à modernização da administração pública, a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, que culminou com a promulgação dos Estatutos, em 1772, insere-se numa corrente histórica de modernização fomentada e regulada pelo elemento estatal”.

O argumento de defesa de estudos comparados sobre a formação de professores entre países ibero-americanos toma sentido no texto da professora Encarnación Sánchez Lissen e do professor Martín Sánchez Franco, ambos da

Universidade de Sevilha, Espanha, intitulado “Una mirada a la trayectoria histórica de la formación de maestros en España durante los siglos XIX y XX”, que identificaram os “[...] processos de formação pelas instituições e pela legislação que regulamentou o acesso e a atividade de trabalho dos ‘maestros’ (professores de educação primária)”, indicando as próprias condições socioeconômicas do país.

A análise da escola primária no Piauí, de Antonio de Pádua Carvalho Lopes, da Universidade Federal do Piauí, no texto “Legislação e processos educativos: a constituição da escola primária no Piauí (1845 a 1889)”, examina “[...] o modo como ia sendo pensada a educação escolar nas legislações analisadas e nos discursos governamentais, que apontavam problemas a serem solucionados e as percepções de limites e possibilidades de ação em relação a esses, bem como efetivava debates com outras soluções existentes no período”.

No mesmo movimento, a institucionalização da escola primária no século XIX na Parahyba do Norte, discutida pelo texto “‘Quando o homem sabe ler, escrever e contar, pôde, por sua propria individualidade, desenvolver-se e esclarecer-se’: a escolarização de crianças pobres na Província da Parahyba do Norte (1855-1866)”, de Mauricéia Ananias e Lays Regina Batista de Macena Martins dos Santos, da Universidade Federal da Paraíba, tem como objetivo “[...] compreender a existência de crianças pobres que passaram pelas escolas públicas como uma parcela expressiva da sociedade que historicamente constituiu a maior parte dos trabalhadores que formaram a Província da Parahyba do Norte e o Estado nacional brasileiro”.

“A califasia e a formação de professores na Escola Normal de São Paulo”, de Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, da Universidade Federal de Sergipe, analisou “[...] a introdução e retirada de uma disciplina do currículo da formação docente, na Escola Normal de São Paulo, na perspectiva da pedagogia científica e da racionalização didática, nas primeiras décadas do século XX”.

Considerando ainda a área de formação de professores, Carlos Eduardo Vieira e Maria Cristiane Nunes de Faria, da Universidade Federal do Paraná, tratam “O tema da formação de professores na I Conferência Nacional de Educação (ICNE - 1927)”, com o:

[...] objetivo [de] analisar os sentidos associados às discussões sobre os processos de formação de professores, no contexto da I Conferência Nacional de Educação (ICNE), promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE). A

ICNE representou o início de uma sequência de encontros nacionais da ABE, que delinearam um campo de disputas políticas, teóricas e institucionais.

O texto “‘Para formar o viveiro de bons marinheiros’: as companhias de aprendizes marinheiros da Parahyba e do Rio Grande do Norte (1871-1890)”, de Azemar Soares dos Santos, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e Cláudia Engler Cury, da Universidade Federal da Paraíba, apreendeu “[...] os primórdios da implantação das Companhias de Aprendizes Marinheiros nas Províncias da Parahyba e do Rio Grande do Norte, sempre que possível comparando-as, colocando as informações sobre suspeição, problematizando-as”.

A partir desses contributos, esperamos reforçar a importância dos estudos históricos no campo da história da educação e referendar análises múltiplas acerca das ações políticas para a construção da educação primária – a própria escola básica –, sobre a formação de professores e o ensino superior. Desejamos, assim, contribuir para o crescimento e a circulação da *Revista Educação & Formação* entre os estudiosos da educação e quiçá para a própria formação do professorado brasileiro.

Mauricéia Ananias (Brasil, Paraíba, João Pessoa) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Doutora em História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Integra os grupos de pesquisa: História da Educação no Nordeste Oitocentista (Gheno) e Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba (Histedbr/PB), ambos radicados na UFPB e registrados no diretório de grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente é professora associada do Centro de Educação e membro do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB.

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7637107120810469>>.

E-mail: <mauriceia.ananias@gmail.com>.